

■ POLÍTICA

Senado aprova emenda das teles

por Letícia Borges
de Brasília

Em sessão solene do Congresso na próxima terça-feira, serão promulgadas as quatro emendas constitucionais aprovadas por deputados e senadores. Ontem, o Senado aprovou, por 65 votos a favor e 12 contra, a proposta que quebra o monopólio das telecomunicações. Na próxima semana, já devem ser enviados ao Congresso pelo Ministério das Comunicações os parâmetros da regulamentação dessa matéria.

Tanto a sessão quanto o resultado da votação praticamente repetiram o primeiro turno. Senadores da oposição e vários governistas, como Josaphat Marinho (PFL-BA), Antônio Carlos Valladares (PP-SE) e Roberto Freire (PPS-PE) — que, apesar de não fazer parte da base de sustentação do governo, têm votado a favor das reformas —, repetiram suas restrições. Em geral, considerando que a emenda original do governo era melhor do que o texto aprovado pela Câmara.

As discussões prenunciavam o mais acirrado debate de todos os que serão travados na etapa da regulamentação das emendas, feita por lei ordinária. O relator da proposta das telecomunicações, senador Francelino Pereira (PFL-MG), na última hora, quis que a regulamentação fosse realizada por lei complementar, a exemplo da promessa feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao relator da emenda do petróleo, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

Álvares, tanto a emenda do petróleo quanto a das telecomunicações serão regulamentadas por lei ordinária.

Ao comentar a aprovação da emenda, Francelino Pereira disse que seu objetivo maior é democratizar as comunicações no País, que hoje estão restritas à elite. Ele garante que

as empresas estatais do sistema Telebrás não estão ameaçadas e continuarão a ter um papel importante.

O relator afirmou ainda que, se o Ministério das Comunicações não enviar logo um projeto de regulamentação, ele próprio o fará. O órgão regulador para o setor previsto na emenda, de acordo com

Francelino Pereira, será responsável pelas concessões e por seu eventual cancelamento, fiscalização e fixação de tarifas. “Será como um Banco Central independente”, comparou.

Francelino Pereira também negou que a flexibilização do monopólio representará aumento de tarifas e

que setores não rentáveis ficarão a descoberto. A livre competição, argumentou, propiciará melhor atendimento, qualidade técnica e melhores preços. “A empresa que obtiver concessão numa área favorável — disse ainda — terá de assumir responsabilidades em áreas de menor retorno de investimento.”

Francelino Pereira desistiu ao examinar a legislação e concluir que, na votação em segundo turno, não podem ser feitas alterações de mérito. E criticou a atitude do presidente: “Acho que ele não deveria ter mandado a carta, a palavra de um político é o que vale”.

Líderes aliados confirmam que Francelino ficou magoado por não ter sido distinguido com uma carta do presidente. Que, no final, não terá muito efeito prático, pelo menos no que diz respeito à regulamentação. Segundo o líder do governo no Senado, Elcio